



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

MICHAELLY SANTOS LIMEIRA

**O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS,
PEDAGÓGICAS E LEGAIS**

**CAMPINA GRANDE
2017**

MICHAELLY SANTOS LIMEIRA

**O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS,
PEDAGÓGICAS E LEGAIS**

Trabalho de conclusão de curso em Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, com requisito
parcial à obtenção do título em Licenciatura em
Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dra Glória Maria Leitão de Souza Melo

**CAMPINA GRANDE
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L733b Limeira, Michaelly Santos.
O brincar na educação infantil: perspectivas teóricas, pedagógicas e legais [manuscrito] : / Michaelly Santos Limeira. - 2017.
30 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.
"Orientação : Prof. Dr. Glória Maria Leitão de Souza Melo, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Educação infantil. 2. Ensino e aprendizagem. 3. Lúdico.
21. ed. CDD 371.337

MICHAELLY SANTO LIMEIRA

**O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS,
PEDAGÓGICAS E LEGAIS.**

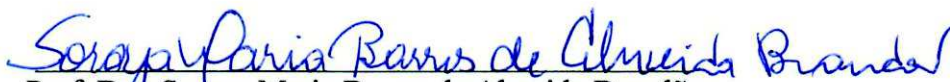
Trabalho de conclusão de curso em Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, com requisito
parcial à obtenção do título em Licenciatura em
Pedagogia.

Aprovada em: 11/12/2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Glória Maria Leitão de Souza Melo (orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Soraya Maria Barros de Almeida Brandão
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Lenilda Cordeiro de Macedo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por toda oportunidade e por todas as coisas boas da minha vida, assim como a Nossa Senhora por sempre rogar por mim em meus pedidos, a minha mãe e família, e a minha professora Dra. Glória Maria Leitão de Souza Melo por todo seu carinho e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por todas as oportunidades que ele me oferece diariamente, pelo o dom da vida e da saúde, pelas pessoas que ele coloca na minha vida, e por todo o seu amor. A Nossa Senhora por sua intercessão, por sempre rogar por mim a Deus.

A minha mãe por ser a guerreira que é e sempre foi, por ter me ajudado no possível e no impossível, por me educar e fazer ajudar a construir a pessoa que sou.

Agradeço a minha orientadora Prof. Dra. Glória Maria Leitão de Souza Melo por toda sua paciência, doçura e dedicação, a seus alunos e a instituição da UEPB.

Agradeço a todos da minha família, a meu noivo especialmente por todo carinho e dedicação, e a todos que estão ao meu lado me ajudando e torcendo para que o melhor me aconteça.

Agradeço as professoras Doutoradas Soraya Maria Barros de Almeida Brandão e a Lenilda Cordeiro de Macedo por seus tempos tirados em nome do compromisso com a educação e com a UEPB, meu agradecimento.

E por fim a todos os professores por compartilhar o saber e suas experiências, e a todos que participaram direta ou indiretamente da minha formação. Meus sinceros agradecimentos.

“Brincar com criança não é perder tempo, é ganhá-lo; se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los sentados enfileirados em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem”.

Carlos Drummond de Andrade

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. O BRINCAR NO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA: REVISITANDO TEORIAS SOBRE O BRINCAR.....	10
2.1 Outras perspectivas correntes sobre o brincar no desenvolvimento infantil	Erro!
Indicador não definido.	
3 O BRINCAR NA LEGISLAÇÃO E EM ALGUNS DOCUMENTOS DO MEC.....	19
3.1 Uma breve revisão sobre o reconhecimento da Educação Infantil.....	23
3.2 O brincar como direito.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	29

O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS, PEDAGÓGICAS E LEGAIS

LIMEIRA, Michaelly Santos¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo, analisar e discutir a importância do brincar para a criança da Educação Infantil, e sua contribuição para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança nos seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação, além de aprender a conviver, favorecendo o desenvolvimento da autoconfiança, curiosidade, autonomia, linguagem, pensamento. Dessa forma, o educador deve incluir nas práticas pedagógicas o brincar, pois essa ação é de importância para a criança e lhe proporciona muitos benefícios. Contudo, os alunos podem de forma mais prazerosa e significativa aprender, resultando em uma educação de qualidade e que abrange as múltiplas linguagens da infância. Daí surge a necessidade das escolas de Educação Infantil organizarem o espaço do brincar, para que a criança não fique apenas em um ambiente como a sala de aula, privando ela de receber todo aparato e oportunidades de brincar. Além de ser uma atividade essencial da infância, o brincar também é lei, considerado um direito de liberdade a ser exercido pela criança, visto como um sujeito de direitos, deveres e liberdades, considerada cidadã desde seu nascimento. Por meio de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, tem como objetivo mostrar a importância do brincar na Educação Infantil e suas contribuições para o aprendizado e desenvolvimento da criança. A realização desse trabalho me permitiu ver a importância do brincar e sua colaboração para o aprendizado e desenvolvimento da criança. E me fez entender sobre a teoria a favor da prática, a partir de contribuições e pesquisas de grandes pesquisadores e colaboradores da educação.

Palavras chave: Brincar; Educação Infantil; Desenvolvimento; Aprendizagem.

¹ Aluna de graduação no curso de pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. E-mail: msantoslimeira@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A Educação Infantil vem ganhando, nos últimos anos, espaços de discussões no âmbito das pesquisas educacionais. A preocupação com a infância, momento da vida que o ser humano aprende e expande seu potencial de aprendizagem e desenvolvimento, tem transformado uma antiga visão de criança, dando destaque a valorização a essa etapa da Educação.

Com relação à visão de criança, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998, p. 21) ressalta que:

A criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima às pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma que possa compreender e influenciar seu ambiente. Ampliando suas relações sociais, interações e formas de comunicação, as crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar.

Como podemos notar o caráter da Educação Infantil mudou e ganhou mais importância, e por sua vez passa a valorizar a criança e suas particularidades, considerando-a um ser ativo e capaz de construir seus conhecimentos por meio das oportunidades lúdicas oferecidas no seu cotidiano. A brincadeira então é uma cultura da criança, sendo uma ação essencial na infância por estar presente no dia a dia da criança. Conforme diz a LDB, lei 9394/96, Art.29:

A Educação Infantil é conceituada como a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996).

Dessa forma, a criança dedica parte do seu tempo com o brincar, uma ação considerada importante para seu desenvolvimento e aprendizagem. A relação do brincar com a criança e seu desenvolvimento tem sido foco de atenção de estudiosos do campo da psicologia e da educação, bem como de outras áreas do conhecimento. Entretanto, é imperativo afirmar que essa relação ainda continua sendo palco de discussões e estudos, haja vista sua relevância para concretização de práticas curriculares e pedagógicas no âmbito escolar. Com isso se intensificam avanços investigativos quanto aos processos de

desenvolvimento e aprendizagem da criança, em contextos escolares, e aos meios, considerados lúdicos, para otimização desses processos.

O brincar é um assunto sério e também é assegurado por lei. A criança tem seus direitos no que diz respeito ao brincar, lazer, esporte, cultura e educação, dentre outros juridicamente assegurados a exemplo da Declaração dos Direitos da Criança (1959) nos artigos 4º e 7º que confere a criança “ o direito à alimentação, à recreação, à assistência médica e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) lei 8069/90 em seu artigo 16, estabelece o direito de “ brincar, praticar esportes e divertir- se”, documentos que representam um avanço no reconhecimento da criança como sujeito de direitos. Enquanto sujeito, a criança é considerada, quando brinca, protagonista do seu conhecimento do seu entendimento e da sua ação no mundo. Dessa forma as brincadeiras são de extrema importância para a infância e podem ser vivenciadas, espontaneamente, em circunstâncias diversas, na perspectiva da criança.

No entanto, a partir da entrada da criança no ambiente escolar, parece haver uma desconsideração a essa espontaneidade, e os espaços para as brincadeiras, quando favorecidos, parecem voltados para fins estritamente pedagógicos. Ou seja, um brincar com objetivos voltados para a aprendizagem de determinados conteúdos, principalmente no ensino regular. São brincadeiras que visam a exploração de alguns aspectos do desenvolvimento, em detrimento de outros. Brincadeiras que visam, por exemplo, a expressão de capacidades cognitivas. No entanto, brincando a criança se expressa e se comunica, se desenvolvendo integralmente.

Não só por palavras a criança se comunica. Há outras formas de comunicação que podem ser observadas na brincadeira. Através das brincadeiras as crianças se comunicam e se reconhecem como um sujeito social e cultural e aprendem com o meio onde estão inseridas. É no período da infância que ocorre vários processos de associação com o mundo, através do contexto social e cultural onde a criança está inserida.

A infância é portanto, a aprendizagem necessária à idade adulta. Estudar na infância somente o crescimento, o desenvolvimento das funções, sem considerar o brincar, seria negligenciar esse impulso irresistível pelo qual a criança modela sua própria estátua. (CHATEAU, 1987, p.14).

Neste sentido, podemos considerar a brincadeira como uma cultura infantil, e constitutiva de formas de desenvolvimento e de suas formas de atuação no meio social e cultural. Sendo uma ação importante o brincar deve ser uma atividade incentivada e vista

como algo que contribui para a formação integral da criança e nesse sentido valorizar o brincar de forma geral, tanto o brincar espontâneo quanto o brincar dirigido para fins pedagógico.

Diante do exposto, com o objetivo de discutir perspectivas teóricas, legais e pedagógicas sobre o brincar, o presente estudo caracteriza-se como um artigo bibliográfico. Para tanto, buscamos respaldo em estudos realizados por Vygotsky (1998), Chateau (1987) Wallon (1981, 2007), que discutem sobre a importância do brincar para a aprendizagem e desenvolvimento da criança.

Quanto às considerações pedagógicas acerca do brincar na Educação Infantil, nos respaldamos na LDB lei 9394/96, RCNEI (BRASIL, 1998), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010), Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006), Base Nacional Comum Curricular (2017) projeto de lei do senado (PLS 400/2017). Para discutir acerca do aparato legal sobre o brincar como direito, tomamos como referência a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente (1959), Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Brasil. Lei 9.394/96) e Associação Internacional pelo Direito da Criança Brincar – IPA (International Play Association, 1977).

O primeiro item fará uma abordagem sobre a importância do brincar e sua contribuição no desenvolvimento e aprendizagem da criança, revisitando teorias de pensadores como Vygotsky (1998), Wallon (1981, 2007), Chateau (1987) considerando suas teorias a respeito do brincar. No segundo item serão abordadas mais percepções sobre o brincar no desenvolvimento infantil, enfatizando outras perspectivas e contribuições. O terceiro item será o brincar na Educação Infantil e um olhar para documentos oficiais divulgados pelo MEC de grande contribuição e importância para a educação. E por último no quarto item será mostrado e discutido que o brincar é um direito da criança assegurado em várias leis e documentos. Consideramos que o presente estudo irá contribuir com o debate acerca da importância do brincar nos espaços escolares, com vista no desenvolvimento e aprendizagem das crianças, por profissionais que atuam na Educação Infantil, bem como junto a crianças do ensino regular.

2. O BRINCAR NO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA: REVISITANDO TEORIAS

O brincar favorece o desenvolvimento e a aprendizagem da criança, dessa forma, o brincar através de atividades lúdicas favorece para um aprendizado mais prazeroso e significativo, possibilitando a criança a ter uma aprendizagem que se relacione o mundo, proporcionando vivências concretas com diversas parcerias e em distintas linguagens.

Sendo assim, cada vez mais é possível notar a importância do brincar na Educação Infantil, e a contribuição desta ação no desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social da criança. O brincar proporciona a criança diferentes papéis sociais, faz conhecer o mundo e a si mesma, além de refletir sobre a sociedade e cultura em que está inserida. Difunde-se em estudos presentes na literatura corrente, que, além de favorecer a aprendizagem da criança, o brincar favorece o desenvolvimento.

Vygotsky (1998) destaca a brincadeira como um auxílio para um bom aprendizado, como por exemplo, a brincadeira de faz de conta onde a criança brinca de imaginar e fantasiar, e de imitar o adulto na busca de compreender papéis sociais de modo simbólico. Nas brincadeiras, crianças aprendem a se relacionar com o mundo e com os outros ao seu redor, o que conseqüentemente vai motivá-la a pensar e agir, na interação com os outros e trocas de ideias. Nesse sentido, ressalta esse autor:

Brincar é fonte de desenvolvimento e de aprendizagem, constituindo uma atividade que impulsiona o desenvolvimento, pois a criança se comporta de forma mais avançada do que na vida cotidiana, exercendo papéis e desenvolvendo ações que mobilizam novos conhecimentos, habilidades e processos de desenvolvimento e de aprendizagem (VYGOTSKY, 1998, p. 81).

Vygotsky (1998) enfatiza o papel do brinquedo como um suporte para a brincadeira, e ambos influenciam o desenvolvimento da criança. Segundo ele, o brinquedo oferece uma situação de transição entre o objeto concreto e seus significados, como no brincar de faz-de-conta que aproxima a criança da realidade através da fantasia e imaginação. No brinquedo, segundo Vygotsky (1998, p. 139) “a criança sempre se comporta além do comportamento habitual, o mesmo contém todas as tendências do desenvolvimento, sob forma condensada, sendo ele mesmo uma grande fonte de desenvolvimento”.

Este autor enfatiza que “O jogo simbólico é uma atividade típica da infância e essencial ao desenvolvimento infantil, ocorrendo a partir da aquisição da representação simbólica, impulsionada pela imitação” (VYGOTSKY, 1998, p. 19). Nessa visão o jogo é de

extrema importância, para a maturação da criança, para seu desenvolvimento em todos os seus aspectos.

Vygotsky (1998) desenvolveu estudos importantes sobre o desenvolvimento infantil e para ele há claras evidências que o brinquedo contribui para impulsionar esse desenvolvimento. Segundo ele as necessidades da criança podem ser consideradas incentivos para colocá-la em ação. Vygotsky defende que o avanço da criança está ligado aos incentivos que ela recebe: um brinquedo que é interessante para um bebê, certamente não será algo que vai atrair a atenção de uma criança maior. A cada faixa etária, as necessidades do brinquedo vão evoluindo, e as necessidades da criança vão, conseqüentemente, evoluindo com o seu desenvolvimento. Este autor entende que o desenvolvimento caminha junto com a aprendizagem: ele é impulsionado pela aprendizagem, e a aprendizagem, por sua vez, impulsiona-o (VYGOTSKY, 1998).

Nesse sentido, podemos inferir que Vygotsky (1998) considera o brincar como motivador nos processos de desenvolvimento e aprendizagem, pois proporciona, à criança, ações imaginárias, problematizadoras, interativas, instigantes e significativas, as quais podem contribuir para a construção do conhecimento social e cultural, a partir de suas ações, ou atividades práticas. Segundo Vygotsky (1998), o brinquedo tem uma estreita relação com o desenvolvimento infantil, especialmente na idade pré-escolar. Embora ele não considere como sendo apenas o único aspecto predominante da infância, mas sim, para esse estudioso é o brinquedo que proporciona o maior avanço na capacidade cognitiva da criança. Isso significa dizer que é no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva que depende das suas motivações internas.

A criança representa no brinquedo algo que está próximo da sua lembrança, algo que já tenha acontecido, mais até que a pura imaginação. O brincar nem sempre desperta o prazer da criança, Vygostky (1998) fala que o brinquedo não pode ser definido somente pelo o prazer, a criança pode ter em algumas situações desprazer com o brinquedo e outras atividades podem ser mais prazerosas. Dessa forma uma brincadeira que é uma atração para uma criança de uma idade certamente não será para outra de uma idade mais superior, isso ocorre porque o brincar não é uma ação estática, o brincar evolui de acordo coma faixa etária da criança e se modifica na medida que ela cresce.

O brinquedo cria na criança uma zona de desenvolvimento proximal, que é por ele definida como a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de

problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VYGOTSKY, 1998, p.112).

Nessa perspectiva, para Vygotsky (1998): o desenvolvimento real é tudo o que a criança já tem consolidado em seu desenvolvimento, ela já é capaz de realizar sozinha sem interferência de uma criança mais desenvolvida ou um adulto. A zona de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de atividades realizadas sob a orientação de um outro indivíduo mais capaz ou em cooperação com colegas mais experientes. A zona de desenvolvimento proximal, são os processos mentais que ainda estão em construção, que ainda faltam amadurecer, é portanto, tudo aquilo que a criança é capaz de fazer com a ajuda de alguém e conseqüentemente conseguirá em outra ocasião realizar sozinha. Contudo nota-se a importância do brincar para a criança e ainda segundo esse estudioso, é no brincar que a criança desenvolve suas maiores aquisições.

O brincar é uma ação de extrema importância para a aprendizagem infantil, onde pode alcançar os níveis mais complexos, sendo assim o brincar possibilita a interação da situação imaginária através da negociação de regras de convivências. Nessa perspectiva, Santos (2002) destaca que brincar é:

Uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção de conhecimento (SANTOS, 2002, p.12).

Sobre o brinquedo, Vygotsky (1990) destaca três pontos fundamentais:

Primeiro que ele não é o aspecto predominante da infância, mas é um fator muito importante do desenvolvimento. Em segundo lugar (...) o significado da mudança que ocorre no desenvolvimento do próprio brinquedo, de uma predominância de situações imaginárias para a predominância de regras. E, em terceiro, (...) as transformações internas no desenvolvimento da criança que surgem em consequência do brinquedo (VYGOTSKY, 1990, p. 133).

Para Vygotsky, toda brincadeira ou jogo tem regras, que inicialmente podem não estar explícitas, mas que com a evolução da brincadeira estas passam a ser claras.

Segundo Wallon (2007), o brincar é a atividade própria da criança e que promove múltiplas experiências como: memorização, socialização, articulação de ideias, entre outras. Sendo assim, o brincar e a infância não podem ser dissociados, considerando que toda atividade da criança deve ser espontânea, livre de qualquer repressão, antes de tornar-se

subordinada a projetos de ações mais extensas e transformadas. Portanto, o jogo é uma ação voluntária, caso contrário, não é jogo, mas sim trabalho ou ensino. Através da imitação que a criança vive o processo de desenvolvimento seguido por distintas fases, porém, a quantidade de atividades lúdicas que irão proporcionar o progresso. Ainda no âmbito do lúdico, de acordo com esse estudioso as concepções “se confundem enquanto essa atividade se mantém espontânea e não recebe o seu objeto das disciplinas educativas” (WALLON, 1987, p. 75).

A criança repete nas brincadeiras as impressões que acabou de viver. Reproduz, imita. Para as menores, a imitação é a regra das brincadeiras. A única acessível a elas enquanto não puderem ir além do modelo concreto, vivo, para ter acesso à instrução abstrata. Pois, inicialmente, sua compreensão é apenas uma assimilação do outro a si e de si ao outro, na qual a imitação desempenha precisamente um grande papel. (...) a imitação não é qualquer uma, é muito seletiva na criança (WALLON, 2007, p. 67).

De acordo com Wallon (2007) esses jogos devem ser considerados em quatro fases: Os jogos funcionais, que acontecem de forma mais espontânea e natural onde a criança produz sons, movimentos, entre outros. Os jogos de ficção, onde o faz de conta e a imitação estão presentes, os jogos de aquisição, começa por conhecer e compreender o mundo a sua volta imitando os adultos, os animais, e por fim os jogos de fabricação, que é quando a criança produz com trabalho manual, onde ela cria e transforma objetos. Os jogos oportunizam um desenvolvimento e faz com que as crianças tirem proveito de cada oportunidade vivenciada.

Esse caráter gratuito de obediência às regras do jogo está longe de ser absoluto, definitivo; sua observância pode ter como efeito suprimir o jogo que elas foram feitas para alimentar; pois embora seja verdade que sua significação procede da atividade da qual se tornam guias, elas também podem, inversamente, contribuir para lhe tirar o caráter da brincadeira (WALLON, 2007, p. 64).

Só podemos entender as atitudes da criança se entendermos a trama do ambiente no qual está inserida (WALLON, 1981) a teoria de Wallon era voltada para a observação, e de acordo com esse estudioso o jogo se tornará tedioso, se não lhe for atribuído regras cada vez mais rigorosas. Estas regras serão dificuldades que a criança precisará resolver sozinha, pois ela tem a tendência de reproduzir situações de sua vida, com idade mais tenra utilizam a imitação como regra de seu jogo, sendo a única regra acessível porque ainda não são capazes de abandonar o pensamento concreto para alcançar o abstrato. Através das brincadeiras a criança reflete, organiza, constrói, destrói, e reconstrói seu universo. Ainda segundo esse

estudioso a criança não é ativa e nem passiva, mas interativa, interagindo socialmente buscando informações, aprendendo as regras dos jogos resultando no engajamento individual de soluções de problemas.

Deste modo, o jogo e as brincadeiras se apresentam como uma ação materializada do brincar como também em um espaço de atividade concreta, de prática lúdica onde todos os aspectos imaginativos traduzem o mesmo grau de importância. O jogo e o brincar relevam características lúdicas na infância, principalmente quando envolve as fantasias e a relação com os mais velhos, desenvolvendo na criança uma linguagem singular sobre a percepção da criança, o jogo surge em diferentes situações no cotidiano tanto nas crianças como nos adultos.

Para Chateau (1987, p. 14) “[...] o ser mais bem-dotado é também aquele que joga mais”, que consegue melhor desenvolver as suas habilidades e potencialidades.

A história do jogo da criança é, portanto, a história da personalidade que se desenvolve e da vontade que se conquista aos poucos. O princípio do não está atrás, num impulso funcional, passou para a frente, num fim a realizar, numa grandeza a atingir. Ele não é somente função de um passado que projeta atos novos à sua frente, mas – e sobretudo – de um futuro que é desejado, almejado e por isso mesmo conquistado lentamente (CHATEAU. 1987, p. 29).

O jogo e as brincadeiras exercitam a imaginação da criança, se relacionando de acordo com seu interesse e suas necessidades junto à realidade de um mundo que pouco conhecem. Deste modo, os jogos e brincadeiras se tornam tão importantes, por ter a finalidade de construir a personalidade e de possibilitar a autonomia através das práticas lúdicas da infância.

De acordo com Borba (2006, p.38):

É importante enfatizar que o modo próprio de comunicar do brincar não se refere a um pensamento ilógico, mas a um discurso organizado com lógica e características próprias, o qual permite que as crianças transponham espaços e tempos e transitem entre os planos da imaginação e da fantasia explorando suas contradições e possibilidades. Assim, o plano informal das brincadeiras possibilita a construção e a ampliação de competências e conhecimentos nos planos da cognição e das interações sociais, o que certamente tem consequências na aquisição de conhecimentos nos planos da aprendizagem formal.

Sem dúvidas o brincar é de extrema importância para a criança, principalmente na Educação infantil. Entre tantos benefícios, o brincar se destaca como algo estimulador principalmente nos aspectos motor, afetivo, emocional da criança, pois é através do brincar a

criança cria bases do pensamento abstrato: ela cria, imagina, fantasia, aprende, desenvolve... etc. Quanto mais a criança for estimulada, através de oportunidades como o brincar, mais fácil será o seu rendimento escolar e desenvolvimento integral, fazendo com que essa criança traga consigo experiências que podem facilitar seu desenvolvimento escolar. De acordo com Machado (2003, p. 37):

Brincar é também um grande canal para o aprendizado, senão o único canal para verdadeiros processos cognitivos. Para aprender precisamos adquirir certo distanciamento de nós mesmos, e é isso o que a criança pratica desde as primeiras brincadeiras transicionais, distanciando-se da mãe. Através do filtro do distanciamento podem surgir novas maneiras de pensar e de aprender sobre o mundo. Ao brincar, a criança pensa, reflete e organiza-se internamente para aprender aquilo que ela quer, precisa, necessita, está no seu momento de aprender; isso pode não ter a ver com o que o pai, o professor ou o fabricante de brinquedos propõem que ela aprenda.

A brincadeira na Educação Infantil colabora para a melhoria da aprendizagem, além disso, o brincar deve ser algo que contribua para as necessidades da criança, sendo assim, as práticas pedagógicas escolares devem respeitar o brincar como sendo além de necessidade da infância, algo assegurado por lei. O brincar do lúdico se torna essencial em toda a infância, além de diversão para a criança é também uma expressão de linguagem repleta de significados, visto como algo sério e fundamental.

Para Oliveira (2000) o ato de brincar é um processo de humanização, qual a criança aprende de forma efetiva e prazerosa. As crianças através do ato de brincar desenvolvem capacidades de raciocinar, argumentar e julgar, contribuindo fortemente para o desenvolvimento da atenção, da memória e da imitação, melhorando sua capacidade motora, intelectual e afetiva.

Outro aspecto importante no ato de brincar são os brinquedos, que contribuem fortemente para o desenvolvimento da criança, principalmente se for direcionado e educativo. O brinquedo possui uma dimensão cultural e histórica, faz parte de diversas gerações ao redor do mundo. Segundo Antunes (2003) o brinquedo significa divertimento, brincadeira, passatempo, podendo criar ideias de competições mas, sempre visando estimular o aprendizado com relação interpessoal, através das regras que contém em cada jogo. Além das práticas de jogos direcionados contribuírem para as regras de convívio social e o respeito, aprendendo a conviver socialmente com outras crianças e respeitando as diversas opiniões.

Segundo Kishimoto (cita, ALMEIDA, 2012, p. 20)

O brinquedo é compreendido como um objeto suporte da brincadeira, ou seja, é um objeto. Os brinquedos podem ser considerados: estruturados e não

estruturados. São denominados de brinquedos estruturados aqueles que já são adquiridos prontos. Os brinquedos denominados não estruturados são aqueles que não são industrializados, são simples objetos como paus ou pedras, que nas mãos das crianças adquirem novo significado, passando assim a ser um brinquedo, dependendo da imaginação da criança.

De acordo com Kishimoto (2012) o jogo é uma ação lúdica que envolve uma situação estruturada pelo próprio tipo do material. É importante ter nos recursos pedagógicos instrumentos facilitadores desse ato, o lúdico quando inserido na educação da criança se torna um processo valioso e desafiador, desenvolvendo na criança habilidades e desafios a serem propostos pelo educador, além de ser uma prática que agrada muito, pois foge da realidade escolar voltada muitas vezes para o ensino tradicional.

O ensino absorvido de maneira lúdica, passa a adquirir um aspecto significativo e afetivo no curso do desenvolvimento da inteligência da criança, já que ela se modifica de ato puramente transmissor a ato transformador em ludicidade, denotando-se, portanto em jogo (CARVALHO, 1992, p.28).

Craidy e Kaercher (2001) ressaltam que a criança vê o mundo através do brinquedo, e que o brincar sempre existiu de qualquer forma, e se renovam com o tempo de geração para geração. Elas afirmam que:

A criança expressa-se pelo ato lúdico e é através desse ato que a infância carrega consigo as brincadeiras. Elas perpetuam e renovam a cultura infantil, desenvolvendo formas de convivência social, modificando-se e recebendo novos conteúdos, a fim de se renovar a cada geração. É pelo brincar e repetir a brincadeira que a criança saboreia a vitória da aquisição de um novo saber fazer, incorporando-o a cada novo brincar. (2001, p.103)

As brincadeiras na Educação Infantil são de extrema importância para o desenvolvimento e aprendizagem da criança, e a escola deve proporcionar um ambiente adequado atendendo as necessidades da criança, com propostas pedagógicas que exaltem o lúdico valorizando e dando a oportunidade das crianças conquistarem novas habilidades.

As crianças possuem inúmeras maneiras de brincar, falar e se movimentar, contendo diversas linguagens para se expressarem, e a brincadeiras além de ser uma prática muito importante na vida humana, faz parte da infância e é de extrema importância no desenvolvimento integral da criança.

De acordo com Janet Moyles (2002) é por meio do brincar livre, exploratório, que as crianças aprendem alguma coisa sobre situações, pessoas, atitudes e respostas, materiais,

propriedades, texturas, estruturas, atributos visuais, auditivos, e por meio do brincar dirigido, as crianças tem outra dimensão e uma nova variedade de possibilidades estendendo-se a um relativo domínio dentro daquela área ou atividade.

O brincar e a mediação estão interligados ao desenvolvimento, e são essenciais para o aprendizado da criança, através da ludicidade que é uma das maiores pontes de ligação entre o adulto e a criança, facilitando a relação e geração de novas formas de desenvolvimento e construção do conhecimento. Cabe ao professor e a escola proporcionar situações de brincar livre e dirigido, tentando entender as necessidades de aprendizagem das crianças, diagnosticando o que realmente as crianças aprendem quando brincam, enfatizando o olhar observador e avaliador.

É imperativo afirmar que o brincar motiva e favorece o aprendizado, Stevens (1977) diz que o brincar “é necessário e vital para o desenvolvimento ‘normal’ do organismo em si e para o seu amadurecimento como ser social”. Os benefícios do brincar são inesgotáveis e de fundamental importância para o desenvolvimento integral da criança. Por isso espaços institucionais de educação, como os que oferecem Educação Infantil, devem estar atentos a esta tão relevante ação, que acaba por revelar o lugar da criança nas práticas pedagógicas (MELO, BRANDÃO, MOTA. 2009).

3. O BRINCAR NA LEGISLAÇÃO E EM ALGUNS DOCUMENTOS DO MEC

Em nossa realidade brasileira, Creches e Pré-Escolas, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996), compreendem a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. A Educação Infantil é, portanto, um nível básico da educação. Creches e Pré-Escolas devem, segundo nossa legislação do ensino, assegurar à criança o direito de se desenvolverem em sua integralidade, a partir das ações de cuidar e educar, vistas como indissociáveis.

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social (...). Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (BRASIL, 1998, v.1, p.23)

Segundo o Referencial Curricular Nacional (BRASIL, 1998, p.23)²

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010, p. 12) a criança é caracterizada como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Diante dessa afirmativa a brincadeira é extremamente importante na etapa da Educação Infantil, concedendo a criança atividades importantes para seu desenvolvimento. Através do brincar a criança conhece a si própria e conhece o mundo em que está inserida, sendo uma prática de extrema necessidade para seu desenvolvimento pessoal e social. Nessa perspectiva, de acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998, P. 27):

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança. O fato dela desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva várias aptidões. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais .

² O RCNEI, constituído de três volumes, foi divulgado pelo MEC em 1998. Desde então tem sido considerado um importante documento orientador de práticas curriculares e pedagógicas da Educação Infantil. Atualmente, não mais divulgado, nem distribuído por este Ministério, será substituído pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que se encontra em fase de elaboração do texto final, pra implementação, conforme políticas do MEC. Por isso ainda mencionamos aqui o RCNEI, apesar de trazermos alguns nortes curriculares e pedagógicos, que envolvem nosso objeto de estudo, na BNCC.

Independente da cultura e da classe social, o brincar faz parte da vida das crianças, pois vivem em um mundo de fantasias onde a realidade e o faz de conta se mesclam. Ainda no RCNEI'S (1998, p. 27), encontramos que:

A brincadeira é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o "não-brincar". Se a brincadeira é uma ação que ocorre no plano da imaginação isto implica que aquele que brinca tenha o domínio da linguagem simbólica. Isto quer dizer que é preciso haver consciência da diferença existente entre a brincadeira e a realidade imediata que lhe ofereceu o conteúdo a realiza-se. Neste sentido, para brincar é preciso apropriar-se de elementos da realidade imediata de tal forma a atribuir-lhe novos significados. Essa peculiaridade da brincadeira ocorre por meio da articulação entre a imaginação e imitação da realidade. Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada.

Fica claro, dessa forma, que o brincar para a criança não é apenas uma diversão. Brincando ela também constrói e se socializa, desenvolvendo várias potencialidades. Quando falamos em Educação Infantil e o brincar, também falamos nos espaços que são oferecidos nas instituições e em suas práticas pedagógicas. As práticas desenvolvidas na Educação Infantil devem ter a criança como centro do planejamento curricular, e uma proposta pedagógica que vise o conhecimento e aprendizagem da criança em diversas dimensões, oportunizando-a a uma educação com ludicidade e prazer. Conforme as DCNEI (BRASIL, 2009, p.1), em seu Art 4º,

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Como podemos notar as funções da Educação Infantil devem estar entrelaçadas a padrões de qualidade, que priorizem o desenvolvimento da criança em vários âmbitos, como em seus contextos sociais, culturais, e ambientais e, principalmente, nas práticas sociais, oferecendo contato com outras linguagens e conhecimentos, favorecendo a construção da identidade e da autonomia da criança.

Em um dos mais importantes documentos já elaborados para a Educação Infantil, os Indicadores de Qualidade na Educação Infantil, elaborado em 2009, oferece um apoio para a auto avaliação da qualidade nas instituições de Educação Infantil por meio da contribuição e participação da comunidade. Trata-se de um documento elaborado com as participações do

Ministério da Educação, da Fundação Orsa, da UNDIME, UNICEF, dentre outras, pensado exclusivamente para esse nível de educação e suas práticas pedagógicas.

Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil contém referências de qualidade para a Educação Infantil a serem utilizadas pelos sistemas educacionais, que promovam a igualdade de oportunidades educacionais e levem em conta diferenças, diversidades e desigualdades do nosso imenso território e das muitas culturas nele existentes (BRASIL p.7, 2006).

De acordo com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006) as instituições escolares devem alternar as brincadeiras de livre escolha das crianças com aquelas propostas por elas ou eles, e intercalar momentos mais agitados com outros mais calmos, atividades ao ar livre com as desenvolvidas em salas e as desenvolvidas individualmente com as realizadas em grupos. Também assegura que bebês e crianças tenham opções de atividades e brincadeiras que correspondam aos interesses e às necessidades apropriados às diferentes faixas etárias e que não esperem por longos períodos durante o tempo em que estiverem acordados.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) deixam claro que:

As propostas curriculares da Educação Infantil devem garantir que as crianças tenham experiências variadas com as diversas linguagens, reconhecendo que o mundo no qual estão inseridas, por força da própria cultura, é amplamente marcado por imagens, sons, falas e escritas. Nesse processo, é preciso valorizar o lúdico, as brincadeiras e as culturas infantis. (BRASIL, 2010, p. 95)

Dessa forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais (2010) enfatiza que as crianças precisam de experiências variadas, deixando explícito a valorização do lúdico e das brincadeiras. Ressalta que as experiências de semear, plantar e colher os frutos da terra, permitindo a construção de uma relação de identidade, reverência e respeito para com a natureza.

Quanto às propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010 p. 18) indicam que estas devem

ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Nesse documento fica garantido, à criança, a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade. Contudo, cabe as instituições de Educação Infantil assegurar as crianças seus interesses, desejos e curiosidades ao participar das práticas educativas, priorizando como centro do planejamento curricular e valorizando-as como sujeitos dotados de direitos. Ainda segundo as DCNEI, no artigo 9^a, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas na Educação Infantil são as interações e brincadeiras, por meio das quais as crianças possam construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização.

Outro documento de grande contribuição para educação é a Base Nacional Comum Curricular (2017) protocolo de lei (PSL 400/2017), que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. (BRASIL, 2017, p. 7)

Para a Educação Infantil esse documento assegura a criança direitos de aprendizagens e desenvolvimento como: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Assegurando:

Condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural. (BRASIL, 2017, p. 33).

Quando se refere ao brincar, a Base Nacional Comum Curricular, ressalta que:

Brincar de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), de forma a ampliar e diversificar suas possibilidades de acesso a produções culturais. A participação e as transformações introduzidas pelas crianças nas brincadeiras devem ser valorizadas, tendo em vista o estímulo ao desenvolvimento de seus conhecimentos, sua imaginação, criatividade, experiências emocionais,

corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. (BRASIL, 2017, p. 34).

Conclui-se que o brincar é uma importante forma de comunicação, sendo por meio desta ação que a criança pode reproduzir o seu cotidiano, num mundo de imaginação e fantasia. A ação de brincar possibilita o processo de aprendizagem da criança, e seu desenvolvimento integral.

3.1 Uma breve revisão do reconhecimento legal da Educação Infantil

Assim como ter acesso a uma educação de qualidade, boa alimentação e a um atendimento médico adequado, direitos esses defendidos por lei e reconhecidos como primordiais para a criança, o brincar também precisa ser visto como um direito essencial ao desenvolvimento infantil. Com base nisso, este capítulo tem como objetivo trazer as principais leis e documentos que asseguram o brincar como sendo inerente a infância.

A construção da identidade das creches e pré-escolas a partir do século XIX em nosso país insere-se no contexto da história das políticas de atendimento à infância, marcado por diferenciações em relação à classe social das crianças. Enquanto para as mais pobres essa história foi caracterizada pela vinculação aos órgãos de assistência social, para as crianças das classes mais abastadas, outro modelo se desenvolveu no diálogo com práticas escolares. (BRASIL, 2010, p. 81).

Por muito tempo a Educação Infantil foi caracterizada pela ausência de investimento público e pela não profissionalização da área. A partir dos movimentos sociais, um novo conceito de atendimento a infância foi se estruturando, teve início em 1959 com a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente e instituído no país pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), e passou a ser visto socialmente um serviço oferecido a todas as classes e sendo um direito de todas as crianças a educação. Foi através da Constituição de 1988, que o atendimento em creches e pré escolas passou a ser um direito social da criança. Passou a ser dever do Estado oferecer educação infantil, isso se deu em decorrência dos movimentos comunitários e sociais, sobre tudo com a luta da mulher no mercado de trabalho.

A partir desses movimentos, várias inovações foram feitas para a educação básica, passou a ser ofertada gratuitamente pelo estado e inclusa no sistema de ensino, sendo a primeira etapa da educação básica, essa lei favoreceu a autonomia e flexibilidade em seus métodos pedagógicos, desde que assegurem o aprendizado da criança de forma efetiva.

Os primeiros seis anos de vida da criança na educação básica é garantido por lei, sendo tema de grande relevância no governo, nas organizações internacionais e nacional. Os direitos da criança no quesito brincar, lazer, esporte, cultura e educação entre vários outros, tem sido muito discutido na Declaração Universal dos Direitos da criança (1959). No Brasil, vários documentos asseguram e garantem esses direitos essenciais como a Carta Magna Brasileira (Constituição, 1988), Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Brasil. Lei 9.394/96), essa lei nos remete a importância do acesso da criança, do nascimento até os seis anos de idade, a educação infantil em creches e pré-escolas compreendendo essa fase a primeira etapa da educação Básica, responsável pelo desenvolvimento da criança em seus aspectos físicos, psicológicos e sociais.

3.2 O brincar como direito

Na Declaração Universal dos Direitos da Criança (Declaração, 1959), de âmbito internacional, reconheceu a criança como sendo um sujeito de direito, e garantiu em seu documento que a criança tem direitos como: alimentação, moradia, assistência médica, educação gratuita, lazer e a proteção contra a exploração infantil, sendo garantido a todas as crianças sem distinção de qualquer natureza.

A Declaração Universal dos Direitos da Criança no princípio VIII, “a criança deve desfrutar plenamente de jogos e brincadeiras, os quais deverão estar dirigidos para a educação; a sociedade e as autoridades pública se esforçarão para promover o exercício desse direito” sendo responsabilidade das autoridades e sociedade de oferecer e garantir a criança. Está explicitado no art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL. Constituição, 1988)

A Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente (1959) cita que:

A criança deve ter todas as possibilidades de entregar-se aos jogos e as atividades recreativas, que devem ser orientada para os fins visados pela educação, à sociedade e os poderes públicos devem esforçar-se por favorecer o gozo deste direito.

Esse documento tem como um de seus objetivos fazer com que a criança tenha possibilidades de interagir com o meio e facilitar o seu desenvolvimento com outras pessoas, tendo oportunidade de participar de jogos dirigidos, podendo viver em sociedade e ser um ser de direitos e deveres, tornando-se assim cidadãos conscientes.

Associação Internacional pelo Direito da Criança Brincar – IPA (International Play Association, 1977) observa, em documento, a importância do brincar, considerando-a como experiência crucial para a criança, que mantém sua saúde mental e física, além de ser um grande colaborador no seu desenvolvimento e aprendizagem.

O artigo 3º do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei 8069/90, reza que a criança deve gozar de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, tendo todas as oportunidades e facilidades, por lei ou por outros meios que promovam o desenvolvimento físicos, mentais, morais, espirituais e sociais, em condições de liberdade e de dignidade. E em seu artigo 16º inciso IV- Brincar, praticar esportes e divertir-se.

Contudo, o direito do brincar destinado a criança deve ser tarefa de toda sociedade, sendo de maior desafio e investimento dos poderes públicos, ambos comprometendo-se com suas responsabilidades. Na Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959, em seu princípio VII enfatiza que “a criança deve desfrutar plenamente de jogos e brincadeiras, os quais deverão estar dirigidos para a educação; a sociedade e as autoridades públicas se esforçarão para promover o exercício desse direito”.

É dever do Estado de acordo com a Constituição, (BRASIL, 1988) artigo 7º inciso xxv, garantir atendimento em creches e pré-escolas desde o nascimento até os seis anos de idade, além de vários outros direitos, deve ser oferecido a criança uma educação efetiva que garantam a criança acesso ao conhecimento, aprendizagem e ao ato de brincar, fundamentais e indispensáveis para a formação integral da criança.

No Artigo 16 do ECA são especificados os aspectos que compreendem o direito à liberdade, dentre os quais destacam-se:

I - Ir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; [...].

IV – brincar, praticar esportes e divertir-se;

V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação (BRASIL. Lei 8.069/90).

Como podemos observar as leis existem falta a sociedade reconhecer o brincar como elemento essencial para um desenvolvimento pleno e saudável das crianças. Na Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada na Assembléia Geral das Nações Unidas em 1959 e fortalecida pela Convenção dos Direitos da Criança de 1989, enfatiza que toda criança terá direito a brincar e a divertir-se, cabendo à sociedade e às autoridades públicas garantirem a ela o exercício pleno desse direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises bibliográficas realizadas referentes ao tema deste artigo, conclui-se que a infância é uma importante etapa da vida. A Educação Infantil é um período único e singular para a criança, onde ela aprende a brincar, a pensar, analisar sua realidade, sua cultura e o meio em que está inserida, criando conceitos e percepções e cada vez mais se socializando através de interações com outros sujeitos.

As atividades lúdicas vão além dos jogos e brincadeiras e devem fazer parte da formação na infância e são imprescindíveis ao desenvolvimento geral da criança, sendo uma forma de linguagem e expressão, um meio de comunicação da criança expor suas vontades e desejos. Contudo, o brincar promove interação interpessoal, estimula o aprendizado, a convivência, possibilita a criança a aprender, solucionar problemas, levantar hipóteses e deve ser incentivado em suas diferentes formas, tanto o brincar espontâneo quanto o dirigido pelo profissional da educação infantil.

O professor da Educação Infantil deve planejar suas aulas incluindo a ludicidade, mediando o aprendizado, facilitando a construção do conhecimento, compreendendo as necessidades individuais de cada criança.

É dever da família, do Estado e da sociedade garantir a criança “sujeito do direito”. Esses direitos se iniciam no nascimento quando essa criança deve ser registrada e ter um nome, ato que lhe faculta direito à vida, inclusive ao brincar uma das suas necessidades principais.

Desde que nasce a criança precisa de espaços que ofereçam liberdade de movimentos, e que possibilitem sua socialização com o mundo e com as pessoas ao seu redor. Esses espaços são direitos de todas as crianças sejam eles: públicos ou privados. Quando não se da

essa oportunidade, a criança fica restrita de exercer atividades essenciais para seu desenvolvimento e aprendizagem.

Ao brincar a criança desenvolve a autoestima, a linguagem, o pensar, vira protagonista, se socializa e se intera. O brincar deve ser visto como uma ação cultural da criança, nesse sentido é preciso que as escolas revejam seus espaços e seus ambientes, visando a organização de espaços que privilegiem o desenvolvimento infantil e situações ricas em aprendizagem.

O brincar espontâneo não deve ser ignorado, pelo o contrario, ao brincar espontaneamente a criança descobre o mundo e as possibilidades a sua volta, além de desenvolver a criatividade, também favorece que a criança desempenhe ações e sentimentos que a deixam confiante e autônoma de seus atos, Kishimoto (2003), defende também que a brincadeira é uma atividade voluntária do ser humano e que, se imposta, deixa de ser brincadeira.

Conclui-se que o brincar é uma cultura infantil e deve ser ofertado com qualidade nas instituições de Educação Infantil e no cotidiano das crianças, afim de garantir a criança seu direito de brincar, favorecendo um ensino lúdico e efetivo desenvolvendo na criança as suas múltiplas linguagens, contribuindo para o seu desenvolvimento integral.

ABSTRACT

The purpose of this article is to show the importance of playing to the children of Early Childhood Education and its contribution to the development and learning of the child in its physical, psychological, intellectual and social aspects of the child. In play, children can develop some important abilities, such as attention, imitation, memory, imagination, as well as learning to live together, favoring the development of self-confidence, curiosity, autonomy, language, thinking. In this way, the playful is a pedagogical tool of very important relevance for teachers to use in the classroom as methodological techniques in learning, however, students can in a more pleasurable and meaningful way, learning, resulting in a quality education that covers the multiple languages of childhood. Hence arises the need of the schools of Infantile Education to organize the space of the play, so that the child is not only in an environment like the classroom, depriving it of receiving all apparatus and opportunities to play. Besides being an essential activity of childhood, play is also a law, considered a right of freedom to be exercised by the child, being a subject of rights, duties and freedoms, considered a citizen since birth. Through a qualitative research of bibliographical character, its main objective is to show the importance of playing in Infant Education and its contributions to the integral development of the child.

Keywords: Education; Development; Learning; Play.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **O jogo infantil**: falar e dizer, olhar e ver, escutar e ouvir. Petrópolis, RJ: Vozes 2003 fascículo 15.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília. MEC/SEF. Vol 1. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília. MEC/SEF. Vol 2. 1998.

CHATEAU, Jean. **O jogo e a criança**. Tradução Guido de Almeida. 2. ed. São Paulo: Summus, 1987

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988**, Brasília, Senado Federal, 1989.

_____. Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9.394, de 20 de dez.1996.

Piaget, J. (1975). **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro, Zahar.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CRAIDY, Carmem Maria, KAERCHER, Gladis E. (Org.). **Educação infantil**: pra que te quero?. Porto Alegre: Artmed, 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

MELO, Glória Maria L. de Souza; BRANDÃO, Soraya Maria B. de A. MOTA, Marinalva da Silva (Orgs). **Ser Criança**: repensando o lugar da criança na educação infantil. Campina Grande: EDUEPB, 2009.

OLIVEIRA, Vera Barros de (Org.). **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1998.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 6. ed., São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1998.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007 (Coleção Psicologia e Pedagogia).